

Movimentos Negros no Ceará: um olhar sobre o Movimento de Mulheres Negras do Cariri

Black Movements in Ceará: a look at the Black Women's Movement in Cariri

**Maria Raiane Felix Bezerra¹,
Cicera Nunes²**

1. Cientista social pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). <https://orcid.org/0000-0002-9591-837X> bezerra.m.r.f@gmail.com

2. Doutora em Educação (UFC), professora do Departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA. <https://orcid.org/0000-0002-6352-8991>. cicera.nunes@urca.br

Resumo: Este artigo objetiva trazer a trajetória e consolidação do Movimento Negro cearense por intermédio do protagonismo das mulheres negras, descentralizando para a região do Cariri, Ceará, lugar onde a atuação e liderança feminina do Grupo de Valorização Negra do Cariri se faz necessária para a reconfiguração da identidade negra afro-cearense. O referido grupo é uma entidade sem fins lucrativos, fundado em 2001, que, desde sua fundação, faz o enfrentamento em prol de políticas públicas para a população negra caririense através da articulação cotidiana das mulheres negras que lideram o grupo. Para a realização deste escrito, foram utilizados como referências e orientações teóricas: Almeida (2018), Domingues (2007), Gonzalez (2018), Nascimento, A. (1978), Nascimento, J. (2012), Ratts (1991), Soares (2016), Sousa (2006) e Valério (2014), que, com olhares sensíveis, debruçaram-se sobre os Movimentos Negros brasileiros e afro-cearenses como conceitos

importantes que precisam ser compreendidos. Neste estudo, foi possível o aprofundamento teórico-prático das demandas e mobilizações contemporâneas do Movimento Negro no Ceará, sobretudo no Cariri cearense, por auxílio e orientação das mulheres negras.

Palavras-chave: GRUNEC; Mulheres negras; Cariri; Ceará; Movimento Negro.

Abstract: This article aims to bring the trajectory and consolidation of the Black Movement in Ceará through the role of black women, decentralizing it to the region of Cariri, Ceará, a place where the performance and female leadership of the Grupo de Valorização Negra do Cariri is necessary for the reconfiguration of the Afro-Ceará identity. This group is a non-profit entity, founded in 2001, which, since its foundation, has been fighting for public policies for the black population in Caririense through the daily articulation of the black women who lead the group. For the realization of this writing, the following references and theoretical guidelines were used: Almeida (2018), Domingues (2007), Gonzalez (2018), Nascimento, A. (1978), Nascimento, J. (2012), Ratts (1991), Soares (2016), Sousa (2006) and Valério (2014), who, with sensitive eyes, focused on black Brazilian and Afro-Ceará movements as important concepts that need to be understood. In this study, it was possible to deepen the theoretical-practical aspects of the contemporary demands and mobilizations of the Black Movement in Ceará, especially in Cariri from Ceará, for assistance and guidance from black women.

Keywords: GRUNEC; Black woman; Cariri; Ceará; Black Movement.

Introdução

O Movimento Negro brasileiro e sua resistência secular precisam ser pautados por pesquisadores e pesquisadoras que compreendam as mudanças estratégicas de sua trajetória política social consciente. Em vista disso, este artigo traz para a discussão momentos de resistência vividos pelas organizações dos movimentos negros no Brasil, partindo de uma escrita mais geral para se aproximar do foco, que é refletir sobre aspectos do Movimento Negro no Ceará e suas questões interioranas na região do Cariri cearense.

O Cariri cearense é um território localizado no Sul do Ceará, lugar que manifesta a relação ancestral com os povos africanos e indígenas, que se expressa no patrimônio material, imaterial e natural do lugar. Manifestações essas que também são refletidas nos movimentos sociais que levantam a bandeira contra o racismo, o machismo e a LGBTQIA+fobia, assumindo a responsabilidade dessas pautas estruturantes. Nesses movimentos que balançam a região, em destaque encontram-se o protagonismo dos coletivos negros, de mulheres, de jovens, dos grupos culturais, das comunidades rurais negras e quilombolas e do pioneiro em movimento negro na região, que é o Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC). Esse coletivo, formado por professores (as), servidores (as) públicos, estudantes, profissionais liberais, pessoas do campo, lideranças comunitárias, pessoas que carregam a atuação política como parte das suas experiências de vida, atua na luta antirracista e antidiscriminatória, sendo uma das mais importantes entidades do estado do Ceará.

No primeiro momento, apresenta-se uma breve contextualização sobre os Movimentos Negros brasileiros, suas demandas de lutas e conquistas antes, durante e depois da “abolição da escravatura”, em 1888, como essas trajetórias contribuem para a reafirmação da identidade negra e a luta por políticas afirmativas. Posteriormente, no segundo momento, inicia-se a discussão sobre o Movimento Negro no Ceará e suas *matrizes discursivas* utilizadas para o surgimento de organizações, como o Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), no ano de 1980, que, com base nas pautas do Movimento Negro brasileiro, pontuava também as condições e existências das pessoas negras no Ceará. Com isso, aponta-se também, nesse segundo momento, o protagonismo feminino no que se refere à consolidação dos Movimentos Negros cearenses. Por fim, será traçado o protagonismo contemporâneo do GRUNEC para a resistência do Movimento Negro no interior do estado através da luta das mulheres negras.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa segue uma abordagem qualitativa que de acordo com Minayo “[...] trabalha com o universo de significados, valores, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que

não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (1994, p. 21 e 22). Foi realizada uma revisão dos aparatos teóricos com base em Almeida (2018), Domingues (2007), Gonzalez (2018), Nascimento (1978) e Soares (2016), buscando uma melhor compreensão de conceitos e interpretações sobre o Movimento Negro no Brasil e a população negra brasileira. As reflexões pautaram-se também em Nascimento (2012), Ratts (1991), Sousa (2006) e Valério (2014), que foram primordiais para os encontros deste artigo com a historicidade negra e suas persistências na luta antirracista no Ceará.

O uso da entrevista narrativa fundamentada em (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008) possibilitou que a fala da interlocutora e uma das fundadoras do Movimento Negro na região do Cariri, Verônica Neuma das Neves Carvalho¹ se tornasse parte essencial para uma descrição das manifestações advindas das mulheres negras no interior do Estado. A metodologia de entrevista narrativa é pertinente para o viés da investigação qualitativa, pois oferece suporte e permissão para que a trajetória de vida da interlocutora remeta ao contexto sócio-histórico, fazendo com que seja possível compreender os sentidos na reflexão proposta no que concerne à trajetória histórica do movimento negro cearense e, nesse contexto, do Grupo de Valorização Negra do Cariri.

Com isso, as reflexões acessaram o aprofundamento teórico-prático das demandas e mobilizações contemporâneas do Movimento Negro no Ceará, sobretudo, no Cariri cearense. Para análise, os dados foram confrontados com base na reflexão da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) que foi fundamental na organização, compreensão e sistematização das informações.

Por fim, no trabalho aqui brevemente apresentado, será pontuado novos olhares sobre as construções institucionalizadas do Movimento Negro no Ceará, como a sua história, e importância com foco para dilatar a luta e a liderança das mulheres negras caririenses na consolidação do Movimento de Mulheres Negras do Cariri.

Neste estudo, foi possível o aprofundamento teórico-prático das trajetórias históricas dos movimentos negros cearense, suas demandas e mobilizações

1. A entrevista foi autorizada por Verônica Carvalho para transcrição no relatório da pesquisa e neste artigo.

contemporâneas, sobretudo no Cariri cearense, por auxílio e orientação das mulheres negras.

Os Movimentos Negros no Brasil: uma breve contextualização

Os Movimentos Sociais Negros têm, historicamente, denunciado a violência racista que coloca a população negra nos piores índices de desigualdades sociais, bem como apresentado estratégias de enfrentamento e de superação desse cenário. Esses movimentos constituem-se, segundo Domingues (2007), como luta de pessoas racializadas, ou melhor, pessoas não brancas que buscam de algum modo acabar com as múltiplas formas de discriminação racial. De acordo com Santos (1994), qualquer movimento que tenha como fundamento a propagação e valorização da cultura e identidade negra pode ser chamado de Movimento Negro. Nesse contexto, estão reunidas, na condição de espaços de atuação política, as irmandades negras no período escravista, os terreiros de candomblé e de capoeira, as escolas de samba, os clubes negros, as diversas organizações dos Movimentos Negros surgidos ao longo do século XX (DOMINGUES, 2007).

Os Movimentos Negros ligam-se à luta constante contra toda uma estrutura racista que delimita os corpos negros de adentrarem em alguns espaços que deveriam ser seus, não só por reparação histórica, mas porque são corpos que também merecem ter uma humanidade reconhecida na sociedade brasileira. Sociedade essa que de um tudo fez para a extinção do povo negro, por meio de seus processos eugênicos de embranquecimento (DOMINGUES, 2007). Tratar sobre questões relacionadas aos Movimentos Negros é entender que não estamos falando de um movimento único, como atesta Gonzalez (1982).

Pessoas marcadas pela racialização tiveram que lutar por reconhecimento e por direitos básicos que lhes foram negados. A raça, nesse sentido, encontra-se como o principal articulador e marcador das diferenças socialmente construídas na luta do povo negro, pois é a partir das discriminações raciais que os Movimentos Negros tentam resistir aos ataques daqueles e daquelas que marginalizam aspectos dos descendentes dos povos africanos.

Por isso, a raça precisa ser compreendida em cada momento e tempo histórico, pois a sociedade contemporânea também contribuiu para a construção política e econômica que sustentou e dividiu as raças, como a expansão do comércio e a “descoberta” do “Novo Mundo”, que colaboraram para que a cultura do homem europeu se transformasse na cultura a ser seguida de forma universal. Portanto, toda e qualquer cultura não europeia foi considerada menos evoluída. A raça passou a ganhar relevância na construção social com o Iluminismo e a filosofia moderna, que criaram o homem branco como o ser onipotente do saber. O “Homem Universal” passou a ser levado para outros lugares tidos como não civilizados, de tal modo que a “civilização” europeia chegou a lugares onde as pessoas não viviam do modo universal de ser, redundando em colonizações e mortes de corpos e mentes. No mais, raça no Brasil é o fator que estrutura a sociedade como um sistema poderoso que resulta em desigualdades (ALMEIDA, 2018).

É a partir desse entendimento que os Movimentos Negros ressignificam, historicamente, as formas de resistir à violência racista. Soares (2016) alerta que, para além do que já se menciona a respeito das diversas significações do Movimento Negro, é preciso fazer um apanhado minimamente histórico tanto dos povos africanos que foram trazidos ao Brasil contra a sua vontade quanto dos seus descendentes da diáspora brasileira. Nisso, destaca que a história da presença negra na diáspora brasileira precisa ser compreendida como um movimento que carrega uma moldagem de acordo com a conjuntura em vigor e que assume várias faces de mobilizações em prol da reconstrução da identidade negra, tendo como bandeira principal o combate ao racismo.

Ainda diz que há muitas produções já feitas, cujo tema é relacionado aos Movimentos Negros, e afirma que também não há como destrinchar todos os seus episódios e eventos, até porque trata-se de movimentos que existem de forma secular, os quais, como qualquer movimentação realizada por humanos, também têm seus limites (SOARES, 2016).

Antes do que pode ser visualizado nos dias de hoje em relação aos movimentos, é preciso trazer aqui que o seu nascimento veio com a violência trazida pela escravização. Moura (1988) e Reis (1989), citados por Soares (2016),

descrevem sobre a resistência histórica dos quilombos, sendo esta uma das principais formas de resistência do período escravista. Outras formas de resistir, como as inúmeras revoltas organizadas pelos povos negros e o papel político das irmandades negras, também devem ser destacadas, como São Benedito dos Homens Pretos, no Rio de Janeiro, em 1640, entre outras organizações que lutavam pelo fim da tortura escravagista e pela liberdade; a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte, em 1680; a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, localizada na Bahia, em 1820 (SOARES, 2016).

Após a abolição da escravatura, no dia 13 de maio de 1888, homens e mulheres que se viram finalmente “livres” perceberam o quanto a “falsa abolição” contribuiu para que as pessoas negras permanecessem nos mesmos lugares e nas mesmas condições em que viviam antes da abolição, sem direito a: moradia, saúde, educação, saneamento básico, enfim, sem nenhum amparo do Estado. Quando as pessoas “livres” viram que não teriam os seus direitos, nem sua humanidade reconhecida, as revoltas e os levantes foram ganhando força (SOARES, 2016).

Há momentos e frentes marcantes na história do povo negro, como a Revolta da Chibata, em 1910, liderada por João Candido; a Frente Negra Brasileira (FNB), que logo passou a ser partido político (1931-1937); a Imprensa Negra, responsável pela mobilização em torno das denúncias de racismo e reivindicações de melhores condições de vida; e o Teatro Experimental do Negro (TEN), que cultivava as manifestações da negritude, por meio da educação e da arte (1944-1968). Esses são alguns exemplos dessas formas de organização no início do século XX (SOARES, 2016).

Com os impactos da Segunda Guerra (1950-1960), a demanda de se discutir sobre direitos humanos aumenta e, finalmente, cria-se a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. O mundo começa a visualizar as diversas lutas contra a colonização e pela igualdade. As lutas por ações afirmativas vão ganhando adesão. No Brasil, as lutas das mulheres e de todos os povos oprimidos estavam sendo protagonizadas. Em 1964, vem a ditadura militar, quando todas as organizações sociais são pressionadas a acabarem de vez com suas

ações que eram vistas como uma ameaça ao Estado (SOARES, 2016).

Na década de 1970, há uma aparição dos movimentos que voltam a resurgir com a pauta pelo fim da ditadura militar. O Movimento Negro é parte fundamental nessa ressurgência, pois, em 1978, surge o Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que marca o Movimento Negro na contemporaneidade e no protagonismo na luta contra o racismo. Os anos 2000 são marcados por conferências e lutas pela implementação de políticas afirmativas. A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR), que aconteceu na África do Sul, em Durban, no ano de 2001, faz parte desse avanço, quando diversas organizações negras do Brasil passam a se articular e pressionar o Estado em prol da ida ao evento, exigindo reconhecimento por suas ações cotidianas (SOARES, 2016).

Os Movimentos Negros são os principais responsáveis para que programas de combate ao racismo e em prol da equidade sejam realizados, como a inclusão da cor e do gênero no Ministério do Trabalho e Saúde; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a vitoriosa homologação da lei que exige a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, com a Lei nº 10.639/2003; a política de cotas, com a Lei nº 12.711/2012; a implementação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SEDAC); a inclusão de raça/cor no Ministério da Educação (MEC); a implementação das cotas raciais, em 2000, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e, em 2004, na Universidade de Brasília (UnB) (SOARES, 2016).

Em *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, Nascimento (1978) reflete sobre o racismo que o mito da democracia racial dinamizou na sociedade brasileira, como se as pessoas negras e brancas tivessem os mesmos direitos e vivessem em harmonia. Todo um apagamento foi feito diante da história do país, em que o extermínio da presença africana foi invisibilizado física e espiritualmente (NASCIMENTO, 1978). O luso-tropicalismo defendido por Freyre (2005) reforça esse pensamento colonizador, que se reflete na dificuldade de compreensão de como o racismo estrutura historicamente as relações sociais e raciais no contexto brasileiro. Assim, não se

conhece uma história relacionada a homens e mulheres negras que não sofreram pelo apagamento do racismo. É com reflexões sobre essa invisibilização e resistência que seguimos este estudo sobre o Movimento Negro, mas agora o Movimento Negro no Ceará.

O Movimento Negro no Ceará e suas questões

O fomento desta escrita sobre o Movimento Negro no Ceará só se tornou possível com a ajuda dos escritos disponibilizados por Antônio Vilamarque Carnaúba de Sousa (2006), que afirma em sua pesquisa que, para compreendermos o Movimento Negro no Brasil e no Ceará, é preciso que seja feita uma espécie de localização, em que possamos situar o processo de levante realizado na luta pela redemocratização política no país, sobretudo a retomada dos movimentos sociais após anos de repressão da ditadura militar. Sousa (2006) ajuda também a pensar sobre os acontecimentos em prol da luta pela liberdade que mobilizavam o povo negro no mundo inteiro, que lutavam por direitos iguais e libertação. O autor fala ainda sobre *matrizes discursivas*, conceito que, segundo ele, precisa ser utilizado para que entendamos quais lugares as pessoas do Movimento Negro no Ceará protagonizavam e ocupavam nesse trânsito político-social, isso ligando-se às formas com que o Movimento Negro cearense atuava e como se organizava em favor da negritude:

As matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modos de abordagens de realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também a nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como referência e determinados valores e objetivos. Mas não são simples ideias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas (SEDER, 1988, p. 143 *apud* SOUSA, 2006, p. 23).

Assim, é preciso que sejam consideradas e compreendidas todas as ações realizadas pelos sujeitos envolvidos no Movimento Negro no Ceará, pois foram essas mesmas pessoas que, com o passar dos tempos, foram se reinventando

como grupo racializado que procurou reafirmar e legitimar a identidade negra cearense (SOUSA, 2006).

Movimento Negro cearense: como se consolidou?

Caracterizado por meio de manifestações culturais, religiosas e políticas, o Movimento Negro no Ceará se instituiu no ano de 1980 com o Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), sediado na cidade de Fortaleza, o qual teve papel indispensável na autoafirmação da identidade negra, não apenas na capital do estado, mas também no interior. O grupo, como outras organizações sociais, tinha suas ideologias e permitia que pessoas atravessadas pela vivência do racismo pudessem fazer parte integralmente do coletivo. O Movimento Negro cearense nasce com base na pluralidade de questionamentos relacionados à conjuntura e estrutura vivenciada pelo negro na sociedade brasileira (SOUSA, 2006).

O que impulsionava o Movimento Negro no Ceará era também o pedido pela redemocratização do país, que estava sofrendo ataques desde a instauração da ditadura militar em 1964, além da resistência cultural reconhecida nos grupos de maracatu e terreiros de umbanda, que, mesmo não se reconhecendo como potencializadores da reconstrução da identidade negra, lutavam internamente e reverenciavam a ancestralidade negra. O Movimento Negro no Ceará teve grande influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), pastorais da igreja católica e partidos políticos (NASCIMENTO, 2012; SOUSA, 2006).

O Movimento Negro no Ceará contestava a forma por meio da qual a imagem do negro foi e é estigmatizada, principalmente pela herança histórica do discurso da não presença negra cearense. O pensamento em relação a essa negação histórica serviu para a perpetuação do senso comum da “não existência” negra como também para velar o racismo existente no estado, que é conhecido como *Terra da Luz*².

A influência da historiografia para a propagação da carência do negro

2. O Ceará é popularmente conhecido como Terra da Luz por ser a primeira província a abolir a escravidão, no ano de 1884, quatro anos antes da abolição no território nacional, em 1888 (MIRO; SULIANO, 2010).

cearense contribuiu, assim, para o discurso da hegemonia racial no estado. A problemática da miscigenação tardou para que a reconstrução da identidade fosse reconhecida como tal. Com toda essa invisibilização, o Movimento Negro cearense é marcado pela urgência de se pensar a perda da identidade negra e pela forma de como o racismo se alastrava, usando como estratégia um olhar minucioso para identificar a população negra, que, não por acaso, ocupava e continua a ocupar os piores postos no mercado de trabalho, observando qual era a cor das empregadas domésticas e quem era a população encarcerada no estado (RATTS, 1991).

A existência do povo negro cearense também é caracterizada pela negação que ocorre em âmbito nacional: a negação da “não existência negra”. Algo que vai diferenciar o Movimento Negro no Ceará é o mito que perpassa e alimenta a inexistência da cultura, importância e descendência dos povos africanos. Esse discurso da “não existência” alimenta o imaginário social no estado, que, atrás das facetas do racismo, se esconde e se legitima a partir da miscigenação racial (SOUSA, 2006).

A questão da reafirmação da identidade negra ou indígena se faz tardia ou não se faz, por consequências introduzidas pelo embranquecimento da miscigenação na vida das pessoas. Os Movimentos Negros cearenses, quanto ao que lhes compete, são os principais agentes que lutam e elaboram ações para reverter o cenário de negação da identidade, propondo políticas de ações afirmativas em suas agendas que auxiliem na reconstrução da identidade negra por meio da educação e formação (SOUSA, 2006). Não se pode esquecer que a presença negra feminina teve contribuição ilustre para a formação e criação do Movimento Negro cearense, a exemplo da fundadora do GRUCON no Ceará, Lúcia Simão, responsável por fazer a articulação com o GRUCON em São Paulo. Foi a partir de sua coragem que se tornou possível enxergar o Movimento Negro no Ceará hoje (SOUSA, 2006).

O Movimento Negro institucionalizado no estado do Ceará iniciou seus processos com a fundação do GRUCON, como já mencionado. Esse contato foi articulado por Lúcia Simão³ por meio de escritos em cartas para a coordenação

3. “Lúcia Simão é considerada fundadora do movimento negro cearense pela sua articulação com

nacional do grupo, que se localizava em São Paulo (SOUSA, 2006).

Durante a descrição da participação de Lúcia Simão, no trabalho de Sousa (2006), nota-se que ela viveu intensas articulações antes mesmo de se encontrar com o Movimento Negro. Em 1977, o grupo das Irmãs Religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Jesus fez um convite para que Lúcia participasse da Missa dos Quilombos que iria acontecer na cidade de Recife, Pernambuco.

Em entrevista dada por Lúcia, ela afirmou que não sabia da existência do Movimento Negro e que o grupo das Irmãs Religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Jesus sabia do seu interesse pela causa. Ela relatou que se encantou ao chegar à missa com o povo negro todo reunido (SOUSA, 2006).

No ano de 1982, Lúcia Simão iniciou os contatos com os participantes do GRUCON de São Paulo e, no mesmo ano, viajou para fazer parte de um encontro organizado pelo grupo. Desde então, tornou-se a principal articuladora do coletivo para fazer o GRUCON possível no Ceará. Com a ajuda da sua articulação, foram formados núcleos na cidade de Fortaleza, especificamente no bairro Jardim Iracema, onde conseguiu se articular com familiares e amigos. Logo, esse agrupamento se transformou no GRUCON do Ceará (SOUSA, 2006).

A contribuição de Lúcia Simão foi tamanha que, com o seu engajamento, trazemos a seguir, para esta discussão, o Movimento de Mulheres Negras do Ceará, no qual Lúcia Simão também não deixou a desejar.

O Movimento de Mulheres Negras no Ceará: vida longa a Lúcia Simão

Para o entendimento histórico do Movimento de Mulheres Negras no Ceará, utilizamo-nos da dissertação de Nascimento (2012). Nesse trabalho, é possível compreender e trazer reflexões de como se deu o Movimento Negro cearense de forma mais geral e como ele só foi possível com o engajamento de mulheres negras atuantes na cidade de Fortaleza, que reforçaram a reinvenção desses movimentos.

o Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) e por sua liderança em articulações na capital e no interior do estado" (NASCIMENTO, 2012, p. 84).

Nascimento (2012) realizou esse estudo que contribui para a visibilização das mulheres negras militantes no Ceará na década de 1980. A autora descreve sobre memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 2006 *apud* NASCIMENTO, 2012), que são conceitos fundamentais para a compreensão de que rememorar lembranças do passado atravessa o que se vive hoje. As falas apresentadas no escrito de Nascimento (2012) vão muito além de lembranças subjetivas, pois são falas de mulheres que, segundo a referida autora, existem por meio das memórias. Destaca também que se pode falar em memória coletiva mesmo com a ausência de algumas pessoas em vida. A memória coletiva se mantém viva na mente das pessoas de uma coletividade e a memória individual reforça as lembranças e se fortalece na memória coletiva.

Em seu trabalho, a autora fala sobre o primeiro Movimento Negro que beirou o Ceará, como já mencionado, o GRUCON, que dá seus primeiros passos a partir da articulação de Lúcia Simão, uma mulher negra, liderança e pioneira, quem articulou uma carta para que o GRUCON pudesse se fazer célula no estado. Nisso, realizou contato com a organização residente na cidade de São Paulo, no ano de 1982, onde foi sediada a Semana da Consciência Negra, na qual Lúcia se fez presente (NASCIMENTO, 2012).

Lúcia Simão é uma das colaboradoras da dissertação de Nascimento (2012), que contribui com suas narrativas de vida para o fomento dos escritos da autora já mencionada. É de se notar nas falas de Lúcia Simão que as mulheres negras foram as responsáveis pelas articulações negras se fazerem e permanecerem no Ceará. Ao ler a entrevista de Lúcia Simão e reparar nos relatos dados na forma de sua história de vida, é transparente o fato de como o racismo opera na formação das hierarquias sociais e como se dá o racismo em sua dimensão católica/religiosa (NASCIMENTO, 2012).

Nos anos de 1980, as mulheres negras estavam se articulando fortemente quanto a pautas em esfera internacional. No Ceará, o feminismo se articulava com a construção ligada à igreja e ao Movimento Negro nacionalmente (NASCIMENTO, 2012). Mesmo o GRUCON sendo um núcleo composto só por mulheres, inicialmente não fazia a discussão de gênero. Com o passar do tempo, mais integrantes se juntaram ao grupo com o intuito de se fazerem presentes

na luta antirracista. Foi então que se iniciaram as dissidências. As mulheres negras cearenses, como Lúcia Simão, foram as responsáveis e as que estavam na linha de frente quando se tratava da possibilidade de ampliação do GRUCON, de acordo com Nascimento (2012).

No trabalho de Nascimento (2012), nota-se nas falas das/dos interlocutoras/res a dificuldade de se debater sobre questões referentes à racialização de discussões, ou mesmo, pautas ligadas à raça. Como bem expõe a autora, Lúcia Simão foi ridicularizada por trazer à tona os debates da questão racial na mesma época em que os diversos movimentos sociais estavam tratando de outras demandas. Lúcia Simão foi a mulher negra que trouxe o debate racial como movimento social, ao mesmo tempo que pretendia ampliar o Movimento Negro nas outras zonas periféricas (NASCIMENTO, 2012).

O breve histórico atinente à luta das mulheres negras no Ceará permite pensar o ontem e o hoje e como as mulheres negras conseguiram resistir e recriar espaços que mudam a sociedade e que trazem resultados para toda a população. É com base no que foi descrito anteriormente que traremos para esta discussão a atualidade do Movimento Negro e de Mulheres Negras no Ceará e suas organizações não governamentais que ocupam um lugar significativo no combate às opressões pertinentes ao povo negro, mas descentralizando para a região do Cariri.

O GRUNEC e o pioneirismo na questão racial no interior do Ceará

O Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 2001 que atua na promoção, inclusão e valorização da população negra no Cariri cearense (VALÉRIO, 2014). O grupo nasceu através de uma conversa nos anos 2000 em que futuros membros do grupo que viria a nascer se concentraram em pensar na situação da vida das pessoas negras em âmbito nacional e estadual. Naquele momento estava acontecendo a histórica Conferência de Durban, na África do Sul, que foi sediada pela Organização das Nações Unidas - ONU em prol de discutir pautas que também ameaçavam o mundo naquele período, como o racismo, a xenofobia, a

discriminação racial e a intolerância religiosa (QUEIROZ, 2020). As pessoas presentes naquele momento foram Verônica Carvalho, Luciano Carvalho, Maria Eliana de Lima, Adriano Almeida, Janaína Costa, Zildene Pereira, Risomar Alves, Charles Farias e Cícero Erivaldo, que carregam suas experiências na luta antirracista (QUEIROZ, 2020).

A atuação do grupo é ampla e identificada por meio de algumas ações, tais como: a efetivação das ações para a implementação de políticas públicas voltadas para as pessoas negras; o auxílio na valorização cultural negra e das populações tradicionais; o posicionamento contra todas as formas de opressão social e racial; o auxílio na promoção anual do Congresso Internacional *Artefatos da Cultura Negra* em parceria com a Universidade Regional do Cariri (URCA), a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e outras instituições; a realização de atividades educativas voltadas para a comemoração das datas referentes à negritude; a promoção de formações antirracistas para o reconhecimento da identidade negra; o mapeamento das comunidades negras e quilombolas no Cariri; a criação de projetos voltados para o orgulho da identidade negra, assim como o projeto da educação quilombola; a promoção de ações em combate à intolerância religiosa juntamente aos terreiros da região e promoção da Marcha contra a Intolerância Religiosa. A participação do GRUNEC nas causas sociais que demarcam a vida das pessoas negras é ampla e perpassa por todos os impactos sofridos por uma estrutura racista e machista (CORREIA, 2016).

A partir dessas atuações citadas, o grupo passou a desenvolver importantes ações que garantem a demarcação no Movimento Negro no Cariri. O GRUNEC é responsável pela primeira Audiência Pública Federal, acontecida em 2007, com o intuito de discutir a Lei nº 10.639/2003 que alterou a LDB 9.394/06 tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, e a sua implementação; pelo primeiro seminário na cidade de Crato que discutiu sobre igualdade racial; e pela garantia da discussão em prol de políticas públicas para a promoção da igualdade étnico-racial, feito logrado em parceria com a prefeitura do Crato, quando se articulou ao Fórum Intergovernamental de Promoção de Igualdade Racial, que foi coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR (CORREIA, 2016).

O grupo, recentemente, em 2018, junto à Cáritas Diocesana do Crato, à URCA e à UFCA, articulou o acolhimento a migrantes e refugiados. Com isso, foi criado o Comitê de Migração e Refúgio como forma de proporcionar a integração dos venezuelanos na região do Cariri. O Comitê de Migração e Refúgio do Cariri existe desde 2018, sendo o primeiro órgão no estado do Ceará a conseguir elaborar e planejar um aparato para os migrantes.

A realização das atividades nas comunidades negras e quilombolas do Cariri – entre as quais o mapeamento dessas comunidades – fez com que o grupo nunca pudesse ser esquecido. O mapeamento foi realizado em parceria com a Cáritas Diocesana de Crato. No ano de 2010, foi lançada uma cartilha intitulada *Caminhos, mapeamentos das comunidades negras quilombolas do Cariri cearense* (NICOLAU NETO, 2020).

Compreendendo a importância de transitar entre as pautas e acontecimentos, o grupo, todos os anos, participa do evento Saberes da Caatinga, que em sua última edição, no ano de 2020 foi sediado na cidade de Exu, Pernambuco. Esse evento conta com uma pluralidade de públicos, sendo um desses os agricultores rurais. O GRUNEC hoje se encontra com margem de 50 membros associados. Dentre esses membros, existe uma participação da juventude, que se intitula “Juventude do GRUNEC”, atualmente composta por 16 jovens negros. Recentemente, em 2020, a juventude do GRUNEC se encontra na direção da entidade, ocupando lugares como a presidência, vice-presidência e secretariado⁴.

O GRUNEC impulsiona também a Marcha das Mulheres Negras, que acontece desde 2015 na cidade de Crato. Descreveremos, a seguir, o passo a passo da construção da marcha a partir da articulação proposta pelo grupo na mobilização do desempenho ao Movimento de Mulheres Negras do Cariri, que tem a marcha regional como um grande acontecimento.

4. Informação com base na ata e frequência da última eleição da coordenação do Grunec, realizada em 2020.

“Apagador de fogo”: o GRUNEC e o Movimento de Mulheres Negras no Cariri

De acordo com Verônica Carvalho⁵, o GRUNEC é o principal articulador da Marcha Regional de Mulheres Negras, que ocorre desde 2015 no Crato, como já exposto. A Marcha Regional nasceu das articulações em prol da ida à Marcha Nacional de Mulheres Negras, que posteriormente, no mesmo ano, foi sediada em Brasília, onde milhares de mulheres de todas as localidades se articularam para denunciar o racismo, assim como todas as formas de opressões, e pela busca incansável pelo bem viver da população negra (BEZERRA, 2019).

Verônica Carvalho (2020) diz que o GRUNEC é um grupo que sempre serviu como “*apagador de fogo*” em relação às demandas de homens, jovens, crianças e mulheres, todos negros e negras. De acordo com Verônica Carvalho (2020), o Movimento de Mulheres Negras se consolida e se constitui no Cariri inicialmente com a Emenda Constitucional nº 72, de 2013, que repercutiu muito e ficou conhecida como o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) das empregadas domésticas⁶.

O GRUNEC é um grupo misto e sempre atuou como apagador de fogo, atendendo a muitas demandas de mulheres, homens, jovens e crianças, todos negros. Quando eu posso falar que esse movimento se consolidou ou se constituiu no Crato – esse Movimento de Mulheres Negras no Cariri –, eu penso que foi por conta inicialmente da PEC das empregadas domésticas (CARVALHO, 2020, COMUNICAÇÃO ORAL).

O grupo, então, realizou contato com as empregadas domésticas da região,

5. Verônica Neuma das Neves Carvalho é membra e uma das fundadoras do Grunec.

6. A realização dessa escrita foi baseada em uma entrevista realizada com Verônica das Neves Carvalho, membra e fundadora do Grunec. Essa entrevista foi concedida no dia 25 de agosto de 2020, via *smartphone*, na utilização do aplicativo WhatsApp. Por consequências pandêmicas, tratando-se da Covid-19, não foi possível que nós nos encontrássemos presencialmente outra vez. A fala de Verônica Carvalho foi fundamental para a compreensão do Movimento de Mulheres negras no Cariri cearense.

na perspectiva de criar uma articulação apenas de mulheres negras que, a princípio, fariam parte do GRUNEC. A formação do grupo de mulheres negras não aconteceu dentro do coletivo. A articulação continuou trazendo frutos e boa formação. Foi realizada uma primeira mobilização, construída por mulheres negras do Cariri em suas variações. Verônica Carvalho (2020) ainda diz que a primeira reunião aconteceu na Praça Feijó de Sá, popularmente conhecida como Praça do Giradouro, localizada na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, entre 2013 e 2014. Mulheres importantíssimas para esse marco são citadas por Verônica Carvalho: Eliana de Lima, Karla Alves, Valéria Carvalho e Verônica Isidório.

A primeira reunião aconteceu no Giradouro e coincidentemente eu acho que essa reunião aconteceu por volta de 2013 ou 2014, eu não lembro direito, viu? Naquela ocasião, o grupo se chamava Candance, e depois Karla fez umas pesquisas e viu que já existia um grupo com esse nome, então é aí que surgem as Pretas Simoa. Como a gente queria, sim, fazer parte de um grupo de mulheres, mas não em outro grupo, seria uma perna do GRUNEC (CARVALHO, 2020, comunicação oral).

O grupo passou a se denominar “Candance” e, após alguns levantamentos na internet, uma das membras do grupo viu que já havia um coletivo com o mesmo nome. Então, nasceu o coletivo de mulheres negras do Cariri “Pretas Simoa”⁷.

As articulações do GRUNEC continuaram a prosseguir, as demandas continuaram aparecendo e as reflexões em prol das mulheres negras também. Com essas demandas, veio o chamamento para a primeira Marcha Nacional de

7. Preta Simoa foi uma importante liderança que mobilizou milhares de pessoas a favor da greve dos jangadeiros no estado do Ceará e uma das principais lutadoras contra a escravização. O seu nome foi e é invisibilizado, como o de muitas mulheres negras que foram apagadas da história. Por esse motivo, o nome do grupo de mulheres (Pretas Simoa) intitula o coletivo com essa denominação, dando visibilidade e reafirmando a existência de Tia Simoa. Mais informações em: <https://www.geledes.org.br/preta-simoa-e-abolicao-ceara-uma-historia-de-esquecimento-por-jarid-arraes/>.

Mulheres Negras, realizada em Brasília no ano de 2015, uma marcha contra o racismo e todos os tipos de violências e pelo bem viver.

De acordo com Verônica Carvalho (2020), houve reflexões ao pensar na possibilidade de as mulheres negras do Cariri comparecerem à marcha nacional, pois, para isso, seria preciso consolidar um trabalho na região. Dessa forma, aconteceram chamadas a todas as mulheres, de todas as instituições, escolas, movimentos e coletivos para se fazer o debate em prol das pautas e demandas das mulheres negras, assim, anterior à Marcha Nacional, foi realizada a I Marcha Regional de Mulheres Negras do Cariri, com a presença de mais de duas mil pessoas nas ruas.

Sabendo do anúncio da Marcha Nacional, mulheres negras caririenses se reuniram para se fazer possível a ida a Brasília. O GRUNEC conseguiu contactar várias mulheres e vários órgãos para que as mulheres que houvessem ido à Marcha Nacional tivessem o mínimo de subsídio para se manterem durante a viagem; com êxito, o Cariri foi muito bem representado por essas mulheres diversas, como quilombolas, de terreiro, jovens, sexagenárias, lésbicas, bissexuais e transexuais (CARVALHO, 2020).

Eu e outras companheiras continuamos refletindo as demandas das mulheres negras no GRUNEC e aí coincidentemente – a gente mexendo no computador, eu e Eliana – Eliana viu o chamamento para a primeira Marcha das Mulheres Negras, que foi aquela Marcha que aconteceu em 2015: a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver. Aquele chamamento era para a Marcha que iria acontecer dia 18 de novembro em Brasília, mas a gente refletiu: para fazer a marcha, ir para a Marcha em Brasília, precisava consolidar um trabalho aqui no Cariri. E foi aí que a gente chamou todas as mulheres de todas as instituições, das escolas, movimentos, coletivos e fez esse debate das mulheres negras, quais as bandeiras de luta, e aí não precisa nem dizer por que a bandeira principal era ‘contra o racismo, a violência e pelo bem viver’. E foi muito interessante esse movimento que fizemos aqui em 2014/2015; a gente conseguiu colocar nas ruas duas mil pessoas no Crato (CARVALHO, 2020, comunicação oral).

Os acontecimentos das marchas são marcos importantes para a consolidação e importância do Movimento de Mulheres Negras no Cariri cearense, com suas demandas, bandeiras de luta que se repetem ao longo da caminhada, visto que as mulheres negras sempre denunciaram as formas de aniquilamento e opressão. Em marcha, essas mulheres buscavam ser ouvidas, reivindicando políticas públicas em toda e qualquer esfera em prol da equidade. Bandeiras de luta cujas importâncias são nítidas: prevenção da vida da juventude negra; reforma agrária; demarcação territorial; titulação das terras quilombolas; respeito pela diversidade de gênero e orientação sexual, entre muitas outras.

O GRUNEC é um ponto de articulação para o Movimento Negro na região do Cariri, haja vista que o grupo, entre tudo o que já foi exposto, vai à perspectiva da promoção da vida, da dignidade das mulheres negras e do povo negro, a partir da consciência de que a promoção deve ser concretizada dentro de todos os segmentos da sociedade.

Nasceu, então, a I Marcha Regional de Mulheres Negras do Cariri, no ano de 2015, cujo tema foi “Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver”. Em entrevista⁸, Verônica Carvalho (2020), que na época era presidenta do GRUNEC, afirma que essa foi a primeira vez que o movimento enegreceu e adotou as pautas e demandas das mulheres negras como suas também. Em síntese, o GRUNEC segue em suas lutas e enfrentamentos contra todas as formas de opressões, reafirmando a importância da junção de pessoas para a efetivação de políticas públicas voltadas para a população negra no Cariri e mantendo o princípio de liderança advinda das mulheres negras que também coordenam o grupo.

Considerações finais

A partilha dessas reflexões trouxe como resultados as questões da formação e consolidação do Movimento Negro cearense e promove a percepção de como a articulação das mulheres negras foi essencial para o alicerce do que se visualiza no Ceará como Movimento Negro em sua amplitude, não apenas pela coragem, mas pela potência da liderança feminina e negra.

8. Entrevista realizada pelo *Bom Dia, Ceará* em 30 de março de 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4072394/>.

Estamos falando de trajetórias muito difíceis, pertinentes à inclusão da discussão de raça dentro dos movimentos sociais como uma pauta importante, a ser discutida com responsabilidade. A compreensão da “não existência” negra em um dado momento põe bloqueio a esse caminhar das mulheres negras que fizeram resistir uma entidade que lutou para reafirmar a história da negritude cearense. Mesmo com tantas conquistas, ainda é possível visualizar a invisibilização atemporal daqueles que negam o percurso dos afro-cearenses.

As mulheres negras com sua liderança são as reais responsáveis por termos um movimento articulador de negritude no estado do Ceará. A relevância de Lúcia Simão, Verônica Carvalho e outras mulheres, como colocado no corpo do texto, é importante para o surgimento e a consolidação desse movimento, que se perpetua e que segue sendo tão bem representado pelas mulheres jovens e negras que atendem aos seus exemplos.

O estudo possibilitou novas formas de se enxergar o Movimento Negro cearense, que tão bem performa em sua totalidade organizativa no estado do Ceará, suas demandas de lutas e bandeiras, como também permite haver uma descentralização para a região sul cearense, onde se localiza o Cariri, lugar carregado de significados e resistências que reverberam uma trajetória marcante de um movimento tão atuante quanto o GRUNEC. Este texto possibilita a delicadeza do aprofundamento pertinente à trajetória política das mulheres negras cearenses que articularam sem o devido recurso as suas ações e demandas existentes desde a fundação oficializada do Movimento Negro no Ceará. O atravessamento da escrita que ocasiona tanta historicidade coloca em questão a importância de documentarmos as experiências e enfrentamentos das organizações que se estruturam nas articulações interioranas no Estado do Ceará.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 1. ed. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016

BEZERRA, Maria Raiane Felix. *Seguiremos em marcha até que um dia nosso povo*

seja livre. **Brasil de Fato**, Fortaleza, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2019/11/18/artigo-or-seguiremos-em-marcha-ate-que-um-dia-nosso-povo-seja-livre>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

CARVALHO, Verônica Neuma das Neves. **Representante do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC)**. Entrevista concedida via WhatsApp em 10 de outubro de 2020. (Comunicação oral).

CORREIA, Jack. Negro Nicolau. Conheça o Grupo de Valorização Negra do Cariri – Grunec. **Blog Negro Nicolau**, Crato, 21 abr. 2016. Disponível em: <http://negronicolau.blogspot.com/2016/04/conheca-o-grupo-de-valorizacao-negra-do.html>. Acesso em: 5 jul. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200007&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 90-113.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRO, Vitor Hugo; SULIANO, Daniel Cirilo. **Ceará: Terra da Luz para igualdade racial?**. Fortaleza: Seplag, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Memórias organizativas do Movimento Negro cearense**: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NICOLAU NETO. Grunec 20 anos e a luta negra por direitos e pelo bem viver. **Ceert**, São Paulo, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/26693/grunec-20-anos-e-a-luta-negra-por-direitos-e-pelo-bem-viver>. Acesso em: 6 jun. 2020.

QUEIROZ, Pâmela. O Grupo de Valorização do Cariri comemora duas décadas de resistência. **Ceará Criolo**, Crato, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/grupo-de-valorizacao-negra-do-cariri-comemora-duas-decadas-de-resistencia/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

RATTS, Alecsandro. **Negrejar é preciso**. Identidade negra: percepção e ação. 1991. Mimeografado.

SANTOS, Joel Rufino dos. **“Movimento Negro e crise brasileira”, Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 1994.

SOARES, Iraneide da Silva. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro brasileiro. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 71-87, 2016.

SOUSA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **Da negrada negada**: a negritude fragmentada – o Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995). 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. **Reflexões sobre movimentos sociais e informação**: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – Grunec. Recife: O Autor, 2014.

Recebido: 27/04/2021

Aceito:23/11/2021